

A PESQUISA MINERAL NO CONTEXTO DA AMPLIAÇÃO DAS UNIDADES SOCIOAMBIENTAIS NO ESTADO DO AMAZONAS.

Souza, H.P.T.^{1 2}; Lima, R.H.C¹; Gonçalves Júnior, E.S.²

¹Universidade Federal do Amazonas; ²ANM – Agência Nacional de Mineração

RESUMO: Ocupando 18,5% do território nacional e com uma área de 1.571.000 km², o Estado do Amazonas é caracterizado, geologicamente, por uma extensa cobertura sedimentar fanerozóica, distribuída nas bacias Acre, Solimões, Amazonas e Alto Tapajós, que se depositou sobre um substrato rochoso pré-cambriano. Estes terrenos cristalinos, representados pelo Cráton Amazônico contribuem para o arcabouço geológico do estado e representam boa parte da história geológica da Terra, mas ainda demandando de muito conhecimento. Neste subsolo, encontra-se uma enorme reserva de minerais, um grande recurso estratégico a ser protegido e, devidamente explorado. Mas a mineração, não só no Amazonas, depende dos ciclos de expansão e contração da economia, que faz aumentar ou diminuir a demanda de bens minerais e, por consequência, seus preços, incentivando ou não a busca por novas jazidas. Por outro lado, o Amazonas, possui pouco mais de **50%** do seu território composto de Terras Indígenas e Unidades de Conservação, que foram regulamentados através de decretos sancionados pelo legislativo municipal, estadual e federal. Ao longo dos últimos 18 anos, a criação de unidades de conservação no Estado, aumentou em 154% as áreas protegidas como, também, a ampliação das Terras Indígenas. Entretanto, a análise dos processos minerários do Cadastro Mineiro da ANM, mostrou que grande parte deles recai sobre estas Unidades de Conservação, restringindo áreas com alto potencial metalogênico e mineralógico do estado. Isso vem gerando um conflito quanto a possibilidade de mineração em UCs, especialmente, a partir de uma confusão entre os conceitos de interesse nacional, utilidade pública e interesse social. Hoje, através do CFEM – Compensação Financeira sobre Produtos Minerais - royalty arrecadado do produto da lavra de um bem mineral é destinada prioritariamente ao município de onde é extraído o minério, em um percentual de 65%, sendo o restante, 23% para o estado e 12% para a União, ajudando diretamente em recursos para a gestão municipal. A exceção da indústria petrolífera e de fertilizantes que, atualmente, investem em pesquisa na imensa porção sedimentar do estado, historicamente a mineração tem como principal foco as regiões cratônicas. A partir de uma base histórica, foi possível realizar uma análise temporal, de 2005 e 2018, relacionando o aumento das áreas de preservação socioambientais, em tamanho e número, em função do quantitativo de processos requeridos para pesquisa mineral no estado do Amazonas, a partir do Cadastro Mineiro do ANM/AM. Como resultados parciais, a crise econômica, vem diminuindo o número de alvarás de pesquisas no Estado e tem produzido um efeito negativo nas mineradoras que têm custo operacional mais alto, como é o caso das empresas de menor porte. Nesses tempos de “baixa” atividade mineral há uma dificuldade na atração de investimentos para o desenvolvimento de projetos e, também há uma perspectiva de que projetos não tenham viabilidade econômica nesse cenário de preço. De mesmo modo, é importante acrescentar as relevantes condições impostas pelo sistema político financeiro atual, que se encontra tentando retomar os investimentos, para que tenhamos a noção de quanto esse desequilíbrio representa para o desenvolvimento mineral do Amazonas durante “crise” econômica.

PALAVRAS-CHAVE: MINERAÇÃO, UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, TERRAS INDÍGENAS